

Consolidação democrática na Venezuela? Desempenho e legitimidade normativa

Friedrich J. Welsch
José Vicente Carrasquero
Universidade Simón Bolívar

Resumo

Esse artigo estuda as orientações valorativas e avaliativas de cidadãos venezuelanos e está baseado no fato de que a imagem da Venezuela como paraíso da democracia latino-americana ficou seriamente afetada com as duas tentativas de Golpe Militar em 1992 que, embora frustradas, mobilizaram um considerável apoio da população.

Palavras-chave: cultura política, democracia, orientações valorativas, orientações avaliativas

Abstract

This article is a study of evaluative and value orientations of Venezuelan citizens. It's based on the fact that Venezuela's image as a heaven of democracy in Latin America was seriously damaged in 1992 when two military coup d'etat attempts were frustrated, but their leaders were able to mobilize considerable public support.

Keywords: political culture, democracy, value orientations, evaluative orientations

Os venezuelanos viveram uma cadeia ininterrupta de regimes democráticos com a alternância de governos social-democratas e democrata-cristãos desde 1958 até 1993, quando o Presidente Rafael Caldera, fundador da Democracia Cristã, decidiu concorrer contra o seu partido e ganhou as eleições, pondo fim em mais de três décadas de governo bipartidário.

Entre 1973 e 1993, sucessivos governos implementaram reformas políticas e econômicas de longo prazo voltadas para a descentralização e desregulamentação. Mas enquanto o processo de reforma política foi contínuo, o pêndulo econômico oscilava entre o controle do Estado e a tímida liberalização de mercado. As eleições estaduais e locais foram separadas das eleições nacionais, prefeitos e governadores são agora eleitos individualmente, assim como os vereadores e os representantes federais e estaduais, e foi dada maior expressão aos governos locais e estaduais (WELSH; WERZ, 1990, p. 51-60). Ao mesmo tempo, o paradigma econômico mudou da substituição de importações com mercados protegidos para a liberalização tímida dos anos 1970, seguido pela renovada intervenção e controle do Estado, e a expansão induzida pelo governo dos anos 1980, e, finalmente um programa de ajuste ortodoxo implementado através de terapia de choque em 1989 (NISSSEN; WELSCH, 1992).

O sistema venezuelano de distribuição da renda oriunda do petróleo produziu resultados quantitativos notáveis dando acesso ao povo à educação, saúde, habitação e empregos, bem como levou a economia do país à posição de um dos “*pólos de desenvolvimento*’ da América Latina, ao lado do Brasil, México e Argentina (GRABENDORFF, 1980, p. 39-53), *mas falhou em possibilitar igualdade de oportunidades. Como conseqüência, o gasto em políticas sociais não conseguiu produzir os esperados efeitos progressivos e, ainda, trabalhou na direção regressiva, na medida em que os ricos beneficiaram-se relativamente mais que os pobres da ampliação dos subsídios e serviços estatais*” (SABINO; RODRIGUEZ ARMAS, 1991, p. 163-68). A pobreza não foi eliminada e a distribuição de renda não melhorou de forma significativa após anos de explosão dos petrodólares¹ (BAPTISTA, 1991, p. 271).

Com esses fatos em mente, é muito fácil entender porque tensões sociais acumuladas finalmente explodiram quando a mais nova administração eleita implementou um programa de ajuste econômico e austeridade fiscal através da terapia de choque no início de 1989, após ter ganho as eleições com a promessa de retorno aos “anos 70 dourados” e realizado uma cara e pomposa cerimônia de transmissão de poder com centenas de convidados de todo o mundo.

Apesar de muitos setores reconhecerem a necessidade de uma radical reparação no sistema político e econômico, a administração de Carlos Andrés Pérez fracassou em conseguir o apoio conjunto político e social ao pacote de ajustes

¹ Baptista calcula o coeficiente Gini de desigualdade de 0,462 para 1962 e 0,422 para 1989.

(NAIM, 1993, p. 150-52). A terapia de choque foi adotada com base na confiança de que a liderança do Presidente era suficiente para absorver o esperado custo político e isso tornou-se contra-produtivo. O apoio público e parlamentar ao governo quebrou-se em apenas poucas semanas, atirando o país na pior espiral de violência e repressão de sua história democrática. Enfrentando uma oposição severa nas ruas e na mídia, mesmo os partidários do governo voltaram as costas para o programa de ajuste, atrasando seu tempo de implantação e rompendo com sua agenda seqüencial.

Mesmo tendo a economia se adaptado rapidamente ao ambiente de mercado, resumindo o crescimento a uma taxa de sobrevivência, e apesar do prognóstico econômico ser luminoso (MARTINEZ, 1995)², a administração não conseguiu colocar o programa de reforma social no caminho da recuperação da confiança popular perdida tão cedo. Como afirma o anterior Ministro do Desenvolvimento Econômico, Moises Nain, com relação a sua própria experiência como membro do gabinete de reforma, “... *O caso venezuelano mostra claramente que as conseqüências políticas negativas em ter tirado a capacidade das agências de seguridade social e serviço público não podem ser compensadas por muito tempo pelo progresso no front macroeconômico, mesmo levando-se em conta o quão substancial ele pode ser*” (NAIM, 1993, p. 146-47). A ampla corrupção, inerente às agências ineficientes de política social, tirou ainda mais o crédito da administração Pérez, e ajudou a justificar virtualmente qualquer tipo de ação contra seu governo, mas como ações dirigidas a um governo ilegítimo, e não contra o sistema democrático. Como conseqüência, a crescente instabilidade política foi atribuída à mudança trazida pelo programa de ajuste econômico (VIVANCOS; ESPAÑA, 1993, p. 58) e não à briga de interesses pela manutenção dos privilégios tradicionais. Mesmo que “*o alto nível de frustração não tivesse sido canalizado para um ativismo político violento, ilegal, mas para um sistema de manutenção de processos e mecanismos pacíficos, legais*” (HALUANI, 1989, p. 10-11) nos primeiros três anos de ajuste, logo se constituíram as bases para dois golpes de estado em 1992.

Em fevereiro e novembro de 1992, líderes militares dissidentes que declaravam ser “os herdeiros do Exército de Libertação” (contra a dominação colonial espanhola no século dezenove) e proclamavam a necessidade de “resgatar nossa venezuelanidade e renovar a democracia” (FRIAS, 1992, p. 173-74) atentaram contra o governo atacando e tomando posições-chave administrativas e de comunicação. Embora tivessem fracassado, as tentativas de golpe definitivamente colocaram as tendências contra o governo e os líderes do golpe ganharam a simpatia do público como heróis de honra que perderam a batalha

² Martínez encontrou que “os 10% mais pobres dramaticamente aumentaram sua partilha” e que o coeficiente Gini de desigualdade caiu fortemente, de 0,409 antes do programa de ajuste em 1988 para 0,389 em 1993.

contra a imoralidade (CARRASQUERO; CUPOLO, 1992). No final, Pérez obteve o *impeachment* do Congresso em agosto de 1993, seguindo a decisão da Suprema Corte de que deveria ser julgado pelo mau uso de recursos públicos pelo gasto de 4 milhões de dólares do fundo secreto do Ministério do Interior. A não ruptura da democracia na Venezuela deve ser atribuída ao que Huntington uma vez escreveu, a *"habilidade [do público] em distinguir entre regime e governo ou governantes"* (HUNTINGTON, 1991, p. 260).

O anterior presidente Caldera aproveitou a oportunidade para chegar novamente ao poder. Decidiu realizar uma campanha baseada em sua excelente imagem como reserva moral do país, mesmo tendo seu próprio partido já nomeado seu candidato. Levado por uma aliança entre o recém-fundado Movimento Convergência composto de seus seguidores democrata-cristãos, alguns partidos menores e o Movimento Socialista, ganhou as eleições gerais de 1993 por uma estreita vitória. A ação de Caldera acelerou a erosão do domínio bipartidário que começou nas eleições locais e estaduais de 1992, quando candidatos de outros partidos ganharam um quarto dos governos da Venezuela e a maioria da capital Caracas. Pela primeira vez desde 1968, quando Caldera ganhou sua primeira presidência por uma estreita margem de votos sobre seu mais próximo contendor, os dois primeiros candidatos juntos terminaram com menos de 55 % dos votos. O Congresso ficou tão dividido quanto estava antes de 1973, com a oposição social-democrata e democrata-cristã ocupando pouco mais da metade das cadeiras, enquanto o restante ficou dividido em três partes: o governo, os movimentos Convergência e Socialista e os Radicais de oposição.

Frente aos problemas de longa data e os dramáticos eventos recentes, a questão que se destaca no estudo da cultura política venezuelana é se seus cidadãos continuam a confiar em seu sistema político ou se há sinais de erosão do comportamento e atitudes democráticos. A resposta a esta questão requereria séries de dados de opinião comparáveis ao longo do tempo, o que permitiria medir as tendências de continuidade e mudança. Como tais séries não existem na Venezuela, embora os *surveys* de opinião tenham uma longa tradição no país³, comparamos dados coletados no momento da consolidação do regime específico bipartidário (1973) e no de sua erosão (1993), dois momentos significativos que devem iluminar a dinâmica de elementos importantes de sua cultura política, tais como o envolvimento e participação, orientações ideológicas e atitudes com referência a golpes de estado. Para um quadro estático mais detalhado, adicionamos dados recentes sobre confiança e mobilização.

³ *Surveys* de Opinião Pública tornaram-se instrumentos estratégicos na Venezuela durante a disputa presidencial de 1968.

Tabela 1
Comparecimento eleitoral, 1973-1993

Tipo de eleição	Ano	Comparecimento (%)
Geral	1973	97
Geral	1978	88
Municipal	1979	77
Geral	1983	88
Municipal	1984	59
Geral	1988	82
Municipal e Estadual	1989	45
Municipal e Estadual	1992	40
Geral	1993	60

Fonte: Consejo Supremo Electoral. Elecciones. Caracas. vários anos.

Do envolvimento convencional ao não-convencional

Participação e envolvimento são pilares da democracia estável, tanto em suas formas convencionais de voto, interesse político, competência política subjetiva e partidarismo quanto em suas formas não-convencionais, como as ações de protesto.

Nas palavras de Przeworski, *“a real ameaça [à democracia] está colocada pela saída de grupos do processo eleitoral”* (PRZEWORSKI, 1975, p. 67). Por esse padrão, a democracia da Venezuela tem sido ameaçada desde as eleições municipais e estaduais de 1989, quando a participação caiu para menos de 50% pela primeira vez na sua história democrática (Tabela 1); mesmo o tradicionalmente alto comparecimento nas eleições presidenciais caiu para meros 60% em 1993.

Ao mesmo tempo, a proporção de cidadãos que dizem ser algo ou fortemente interessados em política mergulhou de 47% em 1973 para apenas 32% em 1993, enquanto o nível de partidarismo declinou no mesmo período de, aproximadamente, dois terços (65%) para menos da metade (44%). De outro lado, a proporção de pessoas que descrevem a si mesmas como cidadãos politicamente competentes subiu de pouco mais de um quarto em 1973 para aproximadamente um terço em 1993. Mais de 20% dos cidadãos relataram que em 1993 haviam participado de protestos não-violentos como manifestações, bloqueio de tráfico, ou “panelaços”, e aproximadamente a metade respondeu que havia participado de

ações coletivas para solucionar problemas de vizinhança⁴. Enquanto nossos dados sugerem que o declínio da participação em ações políticas convencionais coloca uma ameaça à democracia venezuelana, também apontam uma mudança em direção a formas não-convencionais de envolvimento político e o crescimento de competência cívica,⁵ que tendem mais a fortalecer do que ameaçar a democracia.

Orientações ideológicas estáveis

Nas palavras de Inglehart, pessoas “*não inventam conceitos*”, mas seguem “*velhos mapas*” (INGLEHART, 1990, p. 422), ou utilizam uma “*heurística simpática*”, uma regra prática que atinge “*predições aproximadamente acuradas sobre onde se estabelecem grupos politicamente destacados*” (SNIDERMAN, 1993, p. 221). As orientações ideológicas são tais mapas ou atalhos para julgamentos que permitem às pessoas encontrar seu caminho no labirinto da política, mesmo se seu próprio nível de envolvimento é baixo. Nossos dados sobre as orientações ideológicas dos venezuelanos sugerem que não houve uma mudança dramática entre 1973 e 1993, uma vez que mais de dois terços se posicionam no contínuo esquerda-direita, e as proporções de esquerdistas, centristas e direitistas variam apenas modestamente, mostrando uma posição de direita relativamente forte, comparada às posições mais fracas de esquerda e centro (Tabela 2). Em outras palavras, os sinais políticos apontam fortemente para as mesmas direções que apontavam vinte anos atrás.

Tabela 2
Auto-localização ideológica -1973-1993

Posição	% 1973	% 1993
Esquerda	21	18
Centro	22	18
Direita	30	31
Nenhum	27	34

Fonte: DATOS-Baloyra 1973/DOXA-Carrasquero 1993.
Banco de Dados de Opinião Pública. Caracas, Universidade Simón Bolívar.

⁴ *Surveys* nacionais DATOS-Baloyra, 1973/ DOXA-Ciepa, 1993. Banco de Dados de Opinião Pública, Caracas: Universidade Simón Bolívar. Utilizamos dois dos três itens para medir a competência política subjetiva sugerida em WEATHERFORD (1992, p. 163). Em 1973, 26% concordaram com a afirmação de que para eles política era muito complexa para compreender.

⁵ Para uma discussão mais detalhada da mudança da cultura política venezuelana, ver WELSCH (1992, p. 16-20; 1994).

Mudando atitudes quanto a golpes de estado

As atitudes dos venezuelanos com relação a golpes de estado marcam uma tendência positiva: enquanto em 1973, um mês após o violento golpe de Pinochet no Chile, mais da metade dos entrevistados (55%) em um *survey* nacional pensava que, em termos gerais, há ocasiões em que golpes militares são justificados, essa proporção caiu para apenas um quarto em 1993, quando as pessoas haviam tido a experiência de duas tentativas de golpe em 1992⁶. O potencial apoio a soluções não-democráticas para a crise social, econômica e política na Venezuela tem degingolado significativamente nos últimos 20 anos. Esta tendência é particularmente evidente dentro das coortes de idade que em 1973 se expressaram mais compreensivas quanto aos golpes militares, como mostra a Tabela 3. Há também evidência de que as gerações mais jovens de 1993 são muito mais imunes a opções militares, enquanto seus pares de 1973 haviam sido muito simpáticos a eles. Nesse aspecto particular, a socialização de crenças democráticas parece ter sido bem sucedida.

O alto nível de mobilização cognitiva

Com base na definição de Inglehart do termo 'mobilização cognitiva' como a "disseminação de habilidades necessárias para abranger uma comunidade política extensa", nós tratamos esse processo pela análise do nível de educação daqueles cidadãos que discutem política (INGLEHART, 1990). Como encontramos que pessoas com níveis mais altos de educação são significativamente mais ativas na discussão política do que os menos educados, poderíamos inferir que há uma relação positiva entre a continuidade do sistema democrático e a expansão da democracia na Venezuela de um lado, e o desenvolvimento de padrões de envolvimento político mais forte, de outro (Tabela 4). Também encontramos uma forte relação entre o nível de mobilização cognitiva e a participação política não-convencional, consistente com os achados de Inglehart.

⁶ Dados de 1973: DATOS, op. cit.; dados de 1993: DOXA, op. cit.

Tabela 3
Atitude com relação a golpes de Estado – 1973-1993

1973		1993		Diferença
18-24	64%	18-24	20%	-44
25-34	24%	25-34	24%	-34
35-44	48%	35-44	20%	-28
		45-54	24%	-40
		55+	27%	-31

Questão: Gericamente falando, você acha que há ocasiões em que os golpes militares se justificam?
Fonte: DOXA-Molina, 1993. Banco de Dadas de Opinião Pública, Caracas, Universidade Simón Bolívar.

Tabela 4
Disposição em conversar com amigos sobre política segundo a educação

Conversa com amigos sobre política	Primário %	Colegial %	Universitário %
Nada	38	22	13
Pouco	17	16	12
Algo	31	40	38
Muito	14	23	38
Total	100	100	100
	(588)	(627)	(259)

Tau-c = 0,23 p = 0,01

Fonte: DOXA-Molina, 1993. Banco de Dados de Opinião Pública, Caracas, Universidade Simón Bolívar.

O amplo descrédito em instituições

Democracia estável requer que pessoas confiem em instituições políticas e sociais tais como a Igreja, sindicatos, Congresso, o governo, o judiciário, a polícia ou os militares. Confiar em instituições ou apoiá-las é um padrão de medida da legitimidade de um sistema político (McDONOUGH; BARNES; PIÑA, 1986, p. 740). Por esse padrão, a perspectiva da democracia na Venezuela parece péssima, uma vez que apenas a Igreja Católica e as Forças Armadas mostram um equilíbrio entre confiança e descrédito, enquanto as instituições políticas e sociais restantes podem contar com a confiança de apenas um terço ou ainda um quarto das pessoas (Tabela 5). Concordamos com Turner e Carballo (1993, p. 280) em que resultados de *surveys* como esses podem indicar transtornos à democracia na Venezuela⁷.

⁷ Referindo-se aos baixos níveis de credibilidade das várias instituições, Turner e Carballo afirmam: "Estes resultados de *surveys* são claramente ameaçadores da manutenção da democracia venezuelana...".

Mas, contrário ao que se poderia esperar, o baixo nível de credibilidade institucional não obscurece tanto a democracia venezuelana, pois mais de dois terços dos cidadãos confiam que ela pode se estabelecer⁸, expressando confiança no seu futuro. Uma fragilidade potencial dessa crença reside no fato de que ela está fortemente influenciada pela percepção da situação econômica social pessoal (Tabela 6). O elemento da eficácia do sistema presente nessa percepção pode minar a afirmação pró-democrática das pessoas se o sistema falha em conseguir tal eficácia⁹, ainda mais quando há sinais de frustração com relação ao desempenho global da democracia na Venezuela: apenas 48% sentem que, no cômputo global, ela tem sido uma boa coisa, enquanto 52% a percebem uma coisa ruim¹⁰. De outro lado, os venezuelanos tendem muito mais a identificar a democracia com o valor da liberdade (70%) do que com benefícios sociais (20%)¹¹. Com seu singular valor de preferência, eles estão mais próximos dos norte-americanos do que dos cidadãos latino-americanos da Argentina, Brasil e Chile¹², qualificando a relativa importância do elemento de eficácia na sua avaliação de democracia.

Uma confusa cultura política

Nossos dados sobre a dinâmica dos indicadores-chave da cultura política venezuelana apontam em direções opostas. Enquanto há sinais de erosão da estabilidade democrática, como expresso no crescimento da abstenção eleitoral, no declínio da participação política convencional e no descrédito às instituições centrais, há também alguma esperança na sua sobrevivência, dado que alternativas não-sistêmicas são amplamente rejeitadas, a competência política cresce, e as gerações mais jovens voltam-se para formas elitistas de envolvimento político. E esse processo se desenvolve num ambiente político partidário e ideológico caracterizado por orientações e identificação relativamente estáveis, sustentando a tese de Turner que *“a Venezuela oferece um teste especialmente interessante de continuidade e adaptação de cultura política”* (TURNER, 1995). Mas, como podemos tentar dar respostas mais conclusivas à questão se a democracia venezuelana pode depender de reservas de estabilidade, ou se está envolvida em um processo de desconsolidação?

⁸ DOXA-Ciepa, op. cit.

⁹ Huntington afirma: 'Falhas sistêmicas de regimes democráticos em operar efetivamente poderiam enfraquecer sua legitimidade', e contribuir para uma 'terceira onda reversa' de autoritarismo (HUNTINGTON, 1991, p. 292).

¹⁰ DOXA-Ciepa, op. cit.

¹¹ Ibid.

¹² Turner e Elordi relatam taxas de apoio para o valor de liberdade (apenas para a classe mais alta) de 48% no Brasil, 58% no Chile, 66% na Argentina e 71% nos Estados Unidos e México. (TURNER; ELORDI, 1995, Tabela 5).

Dado que alguns indicadores sinalizam um desencanto com a eficácia do regime democrático ao mostrar as expectativas das pessoas, enquanto outros apontam para o compromisso mantido com ele, parece haver um apoio abstrato à democracia, acompanhado pela crítica severa sobre suas administrações concretas. Com base em *surveys* de 1989 e 1992, Myers encontrou que as percepções negativas sobre as instituições democráticas tradicionais não conduziam “à aprovação de um golpe de estado militar” (MYERS, 1993, p. 68).

Nós propomos explorar três hipóteses: (1) orientações normativas dos cidadãos venezuelanos tendem a explicar o envolvimento político democrático melhor que ideologia ou partidarismo, ambas variáveis tradicionais caracterizadas por uma notável continuidade ou significativa mudança no caso venezuelano, como exposto acima. (2) orientações normativas tendem a desenvolver orientações avaliativas moldando a conduta democrática dos cidadãos. (3) orientações normativas tendem a ser independentes da ideologia ou partidarismo. Para testá-las contrastamos o peso explicativo das orientações ideológicas, avaliativas e normativas para as formas de envolvimento político convencional, não-convencional e formas de protesto.

Tabela 5
Confiança em instituições -1993

Instituição	Confia (%)	Não Confia (%)
Igreja Católica	71	29
Militares	53	47
Judiciário	34	66
Polícia	31	69
Congresso	30	70
Governo	29	71
Federação de Indústrias	25	75
Sindicato de Trabalhadores	25	75

Fonte: DOXA-Molina, 1993, Banco de Dados de Opinião Pública, Caracas, Universidade Simón Bolívar.

Tabela 6
Confiança no futuro da democracia

Democracia pode se estabelecer	Percepção da situação pessoal futura		
	Melhor %	Igual %	Pior %
Sim	80	70	51
Não	20	30	49
Total	100	100	100
N	(560)	(373)	(211)

Tau-c = 0,22 p= 0,01

Questão: Você acha que a democracia na Venezuela pode se estabelecer?

Fonte: DOXA-Molina, 1993. Banco de Dados de Opinião Pública, Caracas, Universidade Simón Bolívar.

Envolvimento, desempenho e tipologias normativas

Em um primeiro momento classificamos a participação em eleições como convencional; ativismo societal e associativo como não-convencionais e protesto organizado como tipo de envolvimento de protesto. Em seguida, quantificamos os tipos de envolvimento estabelecendo índices de três itens cada, constituindo uma tipologia de envolvimento político que caracteriza os respondentes como “profundamente envolvido” (respostas positivas nos três itens de participação), “envolvido” (2 itens), “marginalmente envolvido” (1 item), e “não envolvido” (nenhum item), exposta na Tabela 7.

Em um segundo momento, operacionalizamos a idéia de legitimidade de desempenho. Abordagens que definem legitimidade de desempenho de sistema como uma função dos resultados das políticas econômicas de governo, como por exemplo Haggard e Kaufman (1992, p. 350)¹³, tendem a subestimar outros elementos de legitimação, como liberdade de expressão e associação, e a hiper-simplificar a relação entre eficácia e legitimidade através da sua limitação na esfera econômica. Além disso, a tradição do amplo consenso democrático que caracteriza democracias estabelecidas como a Venezuela é também um fator importante de legitimidade e estabilidade.

Em nosso enfoque mais complexo sobre legitimidade de desempenho, levamos em conta esses aspectos com base na percepção global dos respondentes sobre se a democracia tem sido uma boa ou má coisa para o país e sobre a confiança de que seus problemas serão resolvidos no futuro. As percepções do desempenho passado e perspectivas futuras resultaram em um índice de legitimidade de desempenho que define os venezuelanos como “otimistas satisfeitos”, “otimistas críticos”, “pessimistas satisfeitos” e “pessimistas críticos”. Nossos dados mostram que os otimistas superam os pessimistas por 7 a 3, enquanto satisfeitos e críticos estão distribuídos igualmente (Tabela 8).

Como terceiro momento, operacionalizamos a idéia de legitimidade normativa, baseando-nos no papel das eleições em um sistema democrático. Nosso índice de orientações normativas sobre a democracia está baseado em um conjunto de afirmações sobre eleições amplamente utilizado por estudiosos e também utilizado para o estudo do caso venezuelano¹⁴. As afirmações são as seguintes: *'votar é uma forma de defender a democracia'*; *'eleições são necessárias em uma democracia'*; *'em eleições democráticas cada único voto conta'*; *'eleições ajudam a*

¹³ ... uma erosão geral da crença na capacidade de administrar governos democráticos aumenta o apelo, não apenas às elites, mas a públicos mais amplos, de soluções autoritárias à crise'..

¹⁴ *Surveys* DATOS-Baloyra 1973 (Enrique Baloyra e John Martz), DATOS-BATOBA 1983 (Enrique Baloyra e Aristides Torres) e DATANALYSYS-COPRE 1990 (Aristides Torres) Banco de Dados de Opinião Pública: Universidade Simón Bolívar.

mudar as coisas'. Os respondentes foram classificados segundo suas afirmações positivas como "democratas firmes" (4 afirmativas); "democratas" (3); "democratas indecisos" (2) e "não-democratas" (1 ou 0). Como mostra a Tabela 9, há uma maioria de democratas firmes e democratas, comparada com uma minoria de democratas indecisos e não-democratas.

Tabela 7
Tipologia de envolvimento político

Tipo de participação	Profundidade do envolvimento político			
	Profundamente envolvido	Envolvido	Marginalmente envolvido	Não envolvido
Convencional	43	21	17	20
Não convencional	11	22	24	43
Protesto	6	6	14	71

Fonte: DOXA-Molina, 1993. Banco de Dados de Opinião Pública, Caracas, Universidade Simón Bolívar.

Tabela 8
Tipologia de desempenho de sistema e perspectivas

	Satisfeitos	Críticos	Total
Otimistas	41	30	71
Pessimistas	9	20	29
Total	50	50	

Fonte: DOXA-Molina, 1993. Banco de Dados de Opinião Pública, Caracas, Universidade Simón Bolívar.

Tabela 9
Tipologia de orientações normativas com relação à democracia.

	%
Democratas firmes	18
Democratas	41
Democratas indecisos	29
Não democratas	12
Total	100

Fonte: DOXA-Molina, 1993. Banco de Dadas de Opinião Pública, Caracas, Universidade Simón Bolívar.

As dimensões ideológica, partidária, avaliativa e normativa do envolvimento político

Os cruzamentos das formas de envolvimento político convencionais, não-convencionais e de protesto com nossos índices de aspectos normativos, avaliativos, partidários e ideológicos produziram evidências que tendem a sustentar nossos argumentos, embora não em sua totalidade (Tabela 10).

Orientações normativas são os mais fortes determinantes de tipos convencionais e não-convencionais de envolvimento político e contribuem significativamente para explicar manifestações de protesto, embora com peso muito pouco diferente de ideologia.

Orientações avaliativas são fortes elementos de envolvimento convencional, embora com pouca diferença com relação ao partidarismo, e também contribui significativamente para explicar o envolvimento não-convencional, mas sua associação com manifestações de protesto é baixa.

Partidarismo é um forte determinante de envolvimento convencional e contribui significativamente com envolvimento não-convencional, mas tem pouca capacidade para explicar manifestações de protesto.

Ideologia aparece como a dimensão menos relevante de envolvimento convencional e não-convencional, mas contribui significativamente para explicar expressões de protesto.

De outro lado, encontramos que as orientações normativas analisadas eram praticamente independentes da auto-localização ideológica dos respondentes, mas eram significativamente influenciadas pelo partidarismo (Tabela 11).

Tabela 10
Determinantes de envolvimento político (tau-b)

Formas de participação	Ideologia	Partidarismo	Desempenho de Sistema	Atitudes com relação à democracia
Convencional	0,07	0,20	0,18	0,43
Não convencional	0,05	0,07	0,11	0,18
Protesto	0,10	0,02	0,02	0,08

Fonte: DOXA-Molina, 1993. Banco de Dados de Opinião Pública. Caracas, Universidade Simón Bolívar.

Tabela 11
Orientações normativas com relação à democracia segundo ideologia e
partidarismo.

Orientação normativa	Ideologia			Condição partidária	
	Esquerda	Centro	Direita	Partidário	Não partidário
Democratas firmes	19	20	22	24	12
Democratas	44	36	44	43	36
Democratas indecisos	28	32	25	23	36
Não-democratas	9	11	10	10	17
	Tau-b= 0,03			Tau-b= 0,20	

Fonte: DOXA-Molina, 1993. Banco de Dados de Opinião Pública, Caracas, Universidade Simón Bolívar.

Conclusões

Há alguns sinais alarmantes de erosão das bases da democracia da Venezuela, tais como o declínio do envolvimento político convencional e a perda de credibilidade em suas instituições fundamentais. De outro lado, há sinais promissores de crescimento da competência cívica e participação não-convencional, que tendem a aliviar ao menos parte dessas debilidades. Este aspecto sustenta o argumento de Diamond e Linz quando referem-se à “*importância da sociedade civil e da vida associativa para a estabilidade democrática*” (DIAMOND; LINZ, 1989, p. 35).

A manutenção de um elemento de cultura política como auto-localização ideológica e a significativa alteração de partidarismo sugeriram que o primeiro tinha um poder explicativo limitado, como para as mudanças nas formas de envolvimento político, enquanto partidarismo deveria ao menos contribuir significativamente para sua explanação. Embora nossa evidência empírica sustentasse amplamente essa afirmativa, não era completamente satisfatória. Enquanto partidarismo aparece como um elemento poderoso de envolvimento convencional – o que não é surpreendente se enfocarmos a participação eleitoral – contribui pouco para explicar atividades de protesto e não-convencionais. Ideologia foi a dimensão menos relevante para envolvimento convencional e não-convencional, embora mostrasse uma associação relativamente forte com manifestações de protesto, tendo a orientação normativa como um próximo segundo fator.

O fato de os respondentes de tendência de esquerda dobrarem os demais na medida em que se estabelece o envolvimento em manifestações de protesto sustenta os achados de Carrasquero (1994) e apresenta uma ameaça potencial à estabilidade democrática. Mas o potencial da ameaça está limitado pela sua fragilidade organizacional, evidenciada na insignificante influência do partidarismo sobre as manifestações de protesto.

Orientações normativas e avaliativas tendem a destacar a instância ideológica ou partidária na explicação da conduta política dos venezuelanos, mas não em todas as relações. Partidarismo provou ser um fator mais forte de envolvimento convencional do que de legitimidade avaliativa – embora mais fraco do que legitimidade normativa –, enquanto ideologia explicou manifestações de protesto um pouco melhor do que as orientações normativas. As proporções decrescentes de venezuelanos que declaram ser seguidores de um partido político – seja ele sistêmico ou de protesto – pode atuar contra a participação eleitoral, o que parece ser compensado pela destacada significância dos valores democráticos sobre o comportamento eleitoral. A ameaça potencial implícita nas manifestações de protesto está muito mais estreitamente relacionada à ideologia ou orientações valorativas do que se os cidadãos viram suas costas para os partidos ou não, questionando a idéia de Coppedge (1994, p. 158) sobre atribuir a instabilidade do regime a organizações partidárias autocráticas.

Nossa evidência ilumina as orientações normativas como a única dimensão mais forte dos tipos de conduta política analisados. Em outras palavras, os valores democráticos dos cidadãos venezuelanos parecem ser uma reserva estratégica contra qualquer tipo de alternativas não-sistêmicas. Podemos também concluir que esse elemento estratégico de cultura política dos cidadãos venezuelanos é um resultado de seu longo funcionamento democrático, confirmando o que diz a tese de Diamond e Linz, “*funcionamento democrático promove valores democráticos*”, e ajuda a explicar a legitimidade do regime venezuelano “*apesar das prolongadas severas crises econômicas*” (DIAMOND; LINZ, 1989, p. 13).

Nossa tipologia de orientações normativas provou estar isolada das auto-localizações ideológicas dos respondentes, embora evidenciasse uma forte associação com partidarismo. Esse perigo potencial para a reserva normativa 'estratégica' do regime democrático venezuelano não parece ser imediatamente causado pela falta de organização política. Enquanto os a-partidários somam dois terços dos democratas indecisos e não-democratas, os identificados com o sistema partidário contribuem com apenas 10% deles (Tabela 12).

Nossa conclusão geral remete às conclusões de Montero e Gunther (1994, p. 16) sobre o regime democrático da Espanha: “*A legitimidade democrática não foi enfraquecida pelo descontentamento econômico ou pessimismo político*”.

O estudo das orientações valorativas e avaliativas dos cidadãos venezuelanos traz alguma luz sobre sua relação com comportamento político. Primeiro, de um lado, há uma significativa associação entre as percepções dos respondentes sobre o desempenho do sistema e os valores democráticos, enquanto a força explanativa da ideologia e do partidarismo sobre o envolvimento político é muito menor. Segundo, a associação é complexa, sendo mais forte nas formas convencionais e não-convencionais de participação do que as manifestações de protesto, tanto para a legitimidade de desempenho quanto normativa; ideologia é um elemento relativamente forte de tais manifestações de protesto. Terceiro, a legitimação normativa tende a explicar uma proporção maior de comportamento democrático do que faz a legitimação de desempenho. Finalmente, os aspectos da legitimidade normativa analisados provaram estar separados da ideologia, mas influenciados pelo partidarismo. Embora o regime democrático venezuelano enfrente fortes pressões, a qualidade estratégica das reservas de valores democráticos ajudará a combater ameaças sistêmicas imediatas.

Tabela 12
Orientação normativa segundo a identificação partidária.

Orientação normativa	Identificação Partidária		
	Sistema partidário	Partido de protesto	Não identificados
Indecisos e não democratas	24	10	66
Democratas firmes e democratas	42	12	46

Fonte: DOXA-Molina, 1993. Banco de Dados de Opinião Pública, Caracas, Universidade Simón Bolívar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALOYRA, E.; MARTZ, J. *Surveys DATOS-Baloyra*, 1973.

BALOYRA, E.; TORRES, A. *Surveys DATOS-BATOBA*, 1983.

BAPTISTA, A. *Bases cuantitativas de la economía venezolana 1830-1989*. Caracas: Comunicaciones Corporativas D, 1991.

CARRASQUERO, J. V.; CUPOLO, M. *The venezuelan democratic system and the failed coup attempt*. Paper apresentado na Annual Conference of the World Association for Public Opinion Research. Saint Petersburg, Florida, 16 maio 1992.

CARRASQUERO, J. V. *Legitimacy and popular support for the democratic political system in Venezuela*. PhD Thesis - University of Connecticut, Storrs, 1994.

COPPEDGE, M. *Strong parties and lame ducks, presidential partyarchy and factionalism in Venezuela*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

DIAMOND, L.; LINZ, J. Politics, society and democracy in Latin America. In: DIAMOND, L.; LINZ, J.; LIPSET, S. M. *Democracy in Developing Countries*, Latin America, Boulder: Lynne Rienner, v. 4, 1989.

FRIAS, Ten-Cel. H. C. Al pueblo de Venezuela y a nuestros compañeros de armas. Proclamação pelo chefe do Movimento Bolívar. In: WANLOXTEN, G.; CASTELLANOS, I.; DELPRETTI, E. *Maisanta en caballo de hierro*. 2. ed. Caracas: Fuentes, 1992.

GRABENDORFF, W. Perspectivas y polos de desarrollo en America Latina. *Nueva Sociedad*, n. 46, p.39-53, enero/febrero 1980.

HAGGARD, S.; KAUFMAN, R. Economic adjustment and the prospects of democracy. *The Politics of Economic Adjustment*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

HALUANI, M. *Waiting for the revolution. The relative deprivation of the J-curve logic in the case of Venezuela 1968-1989*. Paper apresentado no Annual Meeting of the American Political Science Association. Atlanta, 31 de agosto-3 de setembro 1989.

HUNTINGTON, S. P. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman and London: University of Oklahoma Press, 1991.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

MARTINEZ, A. *Economic stabilization programs in two oil-exporting countries: Mexico and Venezuela*. Trabalho apresentado no 36th International Studies Association Annual Convention. Chicago, 19-25 de feb. 1995.

MCDONOUGH, P.; BARNES, S. H.; PIÑA, A. L. The growth of democratic legitimacy in Spain. *American Political Science Review*, v. 80, n. 3, sept. 1986.

MONTERO, J. R.; GUNTHER, R. *Democratic legitimacy in Spain*. Paper apresentado no XVI World Congress of the International Political Science Association. Berlin, 21-25 agosto 1994.

MYERS, D. Percepciones de una democracia bajo presión: decadencia inevitable o refundación?. In: SERBÍN, A.; STAMBOULI, A. (ed.). *Venezuela bajo presión*. Caracas: Nueva Sociedad, 1993.

NAIM, M. *Paper Tigers and Minotaurs: the politics of Venezuela's economic reforms*. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 1993.

NISSEN, H.-P.; WELSCH, F. *The political economy of adjustment in Venezuela*. International Economics Working Paper 9203. Paderborn, 1992.

PRZEWORSKI, A. Institutionalization of voting patterns, or is mobilization the source of decay? *American Political Science Review*, v. 69, n. 1, p. 67, 1975.

SABINO, C.; RODRIGUEZ ARMAS, J. E. *La seguridad social en Venezuela*. Caracas: Panapo, 1991.

SNIDERMAN, P. M. The new look in public opinion research. In: FINIFTER, A. W. (ed.). *Political science: the state of discipline II*. Washington, D.C.: American Political Science Association, 1993.

TORRES, A. *Surveys DATANALYSYS-COPRE*. Banco de Dados de Opinião Pública: Universidade Simón Bolívar, 1990.

TURNER, F.; CILLEY, M. C. Equality and democracy. *International Social Science Journal*, n. 136, p.280, may 1993.

TURNER, F.; ELORDI, C. Economic values and the role of government in Latin America. *International Social Science Journal*, n. 145, tabela 5, sept. 1995.

TURNER, F. Reassessing political culture. In: SMITH, P. (ed.). *Latin America in comparative perspective: new approaches to methods and analysis*. Boulder: Westview Press, 1995.

VIVANCOS, F.; ESPAÑA, L. P. La crisis que nos falta por recorrer. *Nueva Sociedad*, Caracas, p.58, 1993.

WEATHERFORD, S. Measuring political legitimacy. *American Political Science Review*, v. 86, n. 1, p.163, march 1992.

WELSCH, F.; WERZ, N. *Venezuela. Wahlen und Politik zum Ausgang der 80er Jahre*. Freiburg: Arnold-Bergstraesser-Institut, 1990.

WELSCH, F. Political values and political culture in Venezuela: continuity and change 1973-1993. *Paper apresentado no XVI World Congress of the International Political Science Association*. Berlin, 21-26 agosto 1994.

_____. Venezuela: Transformación de la cultura política. *Nueva Sociedad*, n. 121, p.16-20, setembro-outubro 1992.

Tradução e publicação autorizados pela Blackwell Publishers/ UNESCO.
Texto originalmente publicado na *International Social Science Journal*, 146, p. 615-626,
december 1995.